

Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID)

BALANÇO DA COOPERAÇÃO ESPANHOLA EM ANGOLA 1983-2014

RESUMO EXECUTIVO



Cooperación
Española

Edição: Julho 2016

NIPO ONLINE:

502-16-119-2

© Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación
Agencia Española de Cooperación para el Desarrollo
Dirección de Cooperación con África y Asia

Catálogo geral de publicações oficiais da Administração Geral do Estado

<https://publicacionesoficiales.boe.es>

As opiniões e posições manifestadas neste relatório não refletem, necessariamente, as do Ministério das Relações Exteriores e de Cooperação.

Autoriza-se a reprodução total ou parcial desta obra por qualquer meio ou procedimento, conhecido ou por conhecer, incluindo o tratamento informático e a reprografia, desde que sejam citados adequadamente os titulares do Copyright e a fonte.

Para qualquer comunicação relacionada com esta publicação, dirijam-se a:

*Departamento de Cooperación con África Subsahariana
Dirección de Cooperación con África y Asia
Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID)
Avd. Reyes Católicos, nº 4
28040 Madrid*

Departamento.africa@aecid.es

BALANÇO DA COOPERAÇÃO ESPANHOLA EM ANGOLA 1983-2014

A Cooperação Espanhola (CE) iniciou as suas atividades em Angola em 1983, em plena época de conflitos recorrentes no país. A partir de então e ao longo de mais de 30 anos, foram assinados vários acordos pelos governos de Angola e Espanha, no sentido de estabelecer os setores prioritários de colaboração e intervenção. A cada três ou quatro anos, uma Comissão Mista composta por funcionários e especialistas em cooperação de ambos os países, tem-se reunido para definir as linhas estratégicas de ação e monitorar e avaliar a execução e os resultados alcançados nos diversos projetos conjuntos.

O primeiro Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre Espanha e Angola foi assinado em 14 de junho de 1983, somando-se a este um Acordo Geral de Cooperação, subscrito no dia 20 de maio de 1987. Em 1989 foi inaugurado o Gabinete Técnico de Cooperação (OTC) da CE em Angola. **Com a aprovação do I Plano Diretor da CE em 2001 e do II Plano Diretor em 2005, Angola passa a ser considerada país prioritário para a CE**, e durante o período compreendido entre 1989 e 2008 foram realizadas seis Comissões Mistas.

Após a Avaliação país, efetuada em 2007, **o III Plano Diretor da CE definiu Angola como país de ação focalizada, o que conduziu a um esforço de concentração setorial e geográfica que primava uma cooperação mais técnica face aos projetos assistenciais.**

Com a entrada em vigor do IV Plano Diretor da CE (2013-2016), Angola deixou de ser considerada país prioritário, o que deu lugar ao encerramento gradual do nosso programa de cooperação e da OTC, um processo que terminou em julho de 2015. Assim, **Angola é considerada país de saída, em virtude do progressivo desenvolvimento político, económico, social e cultural registado no país.** Esse facto fez com que as relações de amizade e colaboração entre Espanha e Angola se tenham voltado para atividades de assistência técnica a políticas públicas, próprias de quem aspira a ser reconhecido em breve como um país de renda média pelas Nações Unidas.

A Cooperação Espanhola , após 30 anos de presença ininterrupta em Angola, tem vindo a adaptar-se aos diversos cenários do país, muito marcados por 27 anos de conflito armado. Por isso é que a estratégia da CE passou de ser uma ajuda de emergência, que se estendeu até 2002, para se tornar uma perspectiva de pós-emergência-reconstrução, culminando num processo de reflexão sobre a vantagem comparativa de CE, que se encontra plasmada no Documento de Estratégia País 2005, na Avaliação País 2002-2007, no processo de elaboração do Quadro de Associação País (MAP) 2010 e no mandato do IV Plano Diretor da Cooperação Espanhola no sentido de encerrar o programa país com Angola. Foi um processo gradual, adequado e bem planeado, que foi sendo adaptado aos ritmos e necessidades do país e alinhado aos planos de desenvolvimento nacionais, em especial à Estratégia de Combate à Pobreza, orientada para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), para

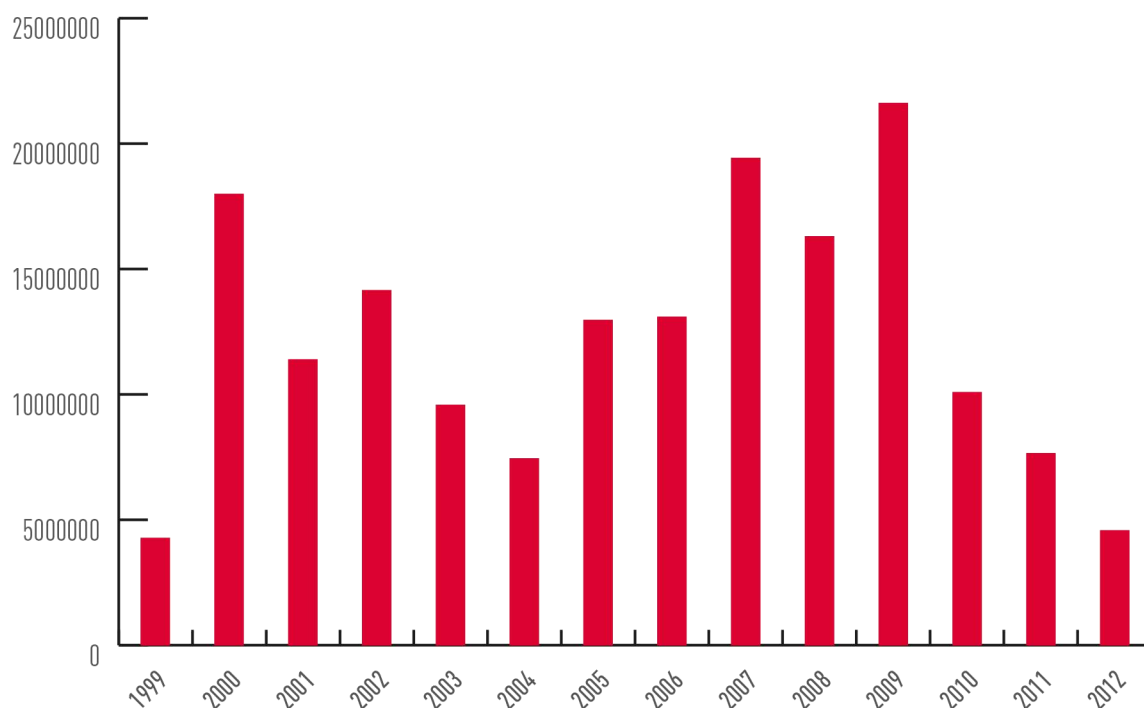
os Planos Nacionais de Desenvolvimento 2009-2012 e 2013-2017, e para a Estratégia Nacional de Formação de Quadros 2013-2017.

O APOIO DE ESPANHA A ANGOLA CONSISTIU, INICIALMENTE, NUMA AJUDA DE EMERGÊNCIA. MAS, NOS ANOS SEGUINTE, ACABOU POR TORNAR-SE UM PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA A POLÍTICAS PÚBLICAS

(A evolução do modelo de cooperação com Angola (passando de país prioritário para país de associação focalizada e, posteriormente, para país de saída) veio acompanhada de uma **lógica redução gradual dos fundos de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) para o país**. No período de 1999-2009, foi destinado um montante total de AOD superior a 125 milhões de euros, tendo diminuído para cerca de 45 milhões de euros no período de 2009-2012. Com o IV Plano Diretor (2013-2016) houve a uma redução progressiva dos fundos AOD, ligada aos montantes comprometidos em intervenções em execução.

ENTRE 1999 E 2012, A AOD ATINGIU UM MONTANTE TOTAL APROXIMADO DE 170 MILHÕES DE EUROS.

Gráfica 1: AOD para Angola 1999-2012



No que diz respeito aos **setores e às áreas de intervenção da CE em Angola**, cabe salientar que, no período anterior a 2009 – caracterizado pelos conflitos e pelas múltiplas necessidades existentes em todos os domínios –, a CE esteve presente em numerosos setores (serviços

sociais básicos [60%]; desenvolvimento rural e económico [34%]; governabilidade democrática e sociedade civil [4%]; cultura e desenvolvimento [1%]; género e desenvolvimento [1%], etc.) e levou a cabo abordagens transversais em domínios como direitos humanos (DDHH) ou meio ambiente.

Após a avaliação país, verificou-se paulatinamente uma **concentração geográfica nas províncias do Huambo, Bié e Malanje**, assim como uma acentuada **concentração setorial que definia a governabilidade democrática com única abordagem e setor principal**, pondo especial ênfase no fortalecimento institucional, na participação da sociedade civil e no apoio a um processo de desconcentração administrativa e descentralização política. O setor do desenvolvimento rural e da luta contra a fome passou a ser também uma prioridade neste período, em complementariedade com a perspectiva de governabilidade

ENTRE OS SETORES PRIORITÁRIOS, DESTACARAM-SE A GOVERNABILIDADE DEMOCRÁTICA E O DESENVOLVIMENTO RURAL

Como resumo, cabe ressaltar as seguintes intervenções nos setores prioritários da CE em Angola:

- Apoio ao setor Governabilidade

No setor Governabilidade Democrática, a CE manteve uma presença muito ativa, com um relevante papel de liderança e coordenação de atores, que veio acompanhada de um importante volume de AOD, de experiência adquirida e de um elevado número de atores espanhóis concentrados neste setor. A partir do ano de 2009, este âmbito torna-se setor principal de concentração.

No que concerne a ações com impacto nacional, o trabalho girou em torno do fortalecimento do Instituto de Formação da Administração Local (IFAL) e da Escola Nacional de Administração (ENAD), os quais receberam apoio de assistências técnicas internacionais (entre as quais se destacam as instituições da Administração Pública espanhola: ministérios, comunidades autónomas, EELL, etc.) em questões relativas à carreira profissional administrativa e à formação dos funcionários públicos. Foi prestado apoio e assessoria à formulação de normas e sistemas de regulação da função pública, através da troca de boas práticas desenvolvidas na experiência espanhola. Também foi apoiado e potenciado o Ministério do Interior, com vista a melhorar os serviços de segurança cidadã, e o Ministério da Família e Promoção da Mulher, com o objetivo de empoderar a mulher na vida política, económica, social e cultural do país, promovendo a luta contra a violência de género, os direitos da mulher, a igualdade de género e o desenvolvimento económico e social com perspectiva de género.

Outro importante eixo de ação a nível nacional foi a divulgação, promoção e proteção dos DDHH, apoiando a elaboração da Estratégia Nacional de Educação em DDHH e o fortalecimento institucional da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e dos seus sócios estratégicos.

Por último, no âmbito da sociedade civil, foi prestado apoio à realização das conferências nacionais, provinciais e municipais e foram financiados ou cofinanciados projetos, eventos, fóruns e redes que tinham como objetivo a consolidação das capacidades de organização e coordenação da sociedade civil e a participação dos cidadãos nas questões públicas, como é o caso do Progra-

ma de Apoio a Atores NÃO Estatais (PAANE II) da União Europeia e da Convenção de IEPALA sobre municipalismo e sociedade civil.

- Apoio ao setor Desenvolvimento Rural e Luta contra a Pobreza

Espanha considerou o desenvolvimento rural e a luta contra a pobreza como um dos setores prioritários desde o começo das suas relações de cooperação com Angola na etapa de conflito.

As intervenções iniciais neste setor foram muito numerosas (nomeadamente através de mecanismos multilaterais como o PMA e a FAO), ativas e voltadas para a Ajuda Humanitária, devido à situação de conflito em que o país se encontrava e à necessidade de fazer face a situações de emergência e pós-emergência que afetavam as necessidades básicas de alimentação de uma parte muito elevada da população angolana. A partir de 2005, as intervenções em desenvolvimento rural concentraram-se na segurança alimentar e na capacidade de produção de pequenos agricultores, com uma abordagem voltada para o desenvolvimento territorial, a criação de emprego, a inclusão social e a igualdade de género.

Nestes últimos anos, as intervenções no setor prestaram maior atenção ao aumento da produção (sementes, água para rega, Escolas de Campo, equipamentos, etc.), o acesso a mercados, o fomento de associações e cooperativas e a promoção de cadeias de valor inclusivas, que ajudam a regenerar o tecido económico local e a reativar os setores produtivos das zonas rurais. Foram fortalecidas as capacidades comerciais, através do apoio às pequenas e médias empresas nos



Fotografia I: Projetos de segurança alimentar e desenvolvimento agrícola

setores produtivos alternativos à indústria extrativa baseada no petróleo e nos diamantes, contribuindo, assim, para a diversificação da economia e para a criação de riqueza no interior do país. Esta linha de trabalho tem sido comum nas diversas ações financiadas pela CE: i) Convenções da CRE, CODESPA e RESCATE; ii) Programas implementados pelo Fundo ODM, pelo PNUD, pela FAO e pelo Governo de Angola: Programa de desenvolvimento empresarial em Angola e Projeto de desenvolvimento empresarial sustentável para a redução da pobreza em Angola; iii) Operações do FONPRODE com Kixicrédito e com o Fundo de Investimento Privado de Angola.

O fortalecimento do Gabinete de Segurança Alimentar do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural permitiu dar uma perspectiva nacional a uma grande parte das nossas intervenções no setor. Nesse sentido, algumas intervenções com um evidente impacto local conseguiram alcançar uma dimensão nacional por serem experiências pilotos bem-sucedidas que podem ser reproduzidas noutras províncias do país (é o caso dos projetos de fortalecimento da Faculdade de Ciências Agrárias e de Medicina Veterinária da UJES do Huambo, onde foi implementada a especialidade em agroindústria e a licenciatura em silvicultura-engenharia florestal).

- Apoio ao setor Saúde

A CE adotou, principalmente, o atendimento sanitário primário e comunitário e conseguiu efeitos nada desprezíveis: diminuição dos índices de mortalidade materna e infantil; avanços na prevenção e no tratamento de doenças de origem hídrica (melhorias no acesso a água potável e saneamento) e de doenças prevalentes como a malária, a diarreia, a tuberculose ou a SIDA; atendimento a mais de três milhões de pessoas em municípios das províncias de Luanda e do Bié; melhorias quanto à acessibilidade (novas infraestruturas em funcionamento e devidamente equipadas, aumento do número de consultas, etc.), à qualidade do atendimento (pessoal sanitário com maior formação, novos protocolos e procedimentos, etc.), à gestão dos serviços (disponibilidade de planos estratégicos municipais, incorporação da saúde preventiva, geração e administração da informação, etc.) e ao fortalecimento institucional (capacidades no âmbito da cirurgia infantil).

- Apoio ao setor Educação

OS SUCESSOS DA CE NESTE SETOR REGISTRARAM-SE NA REDUÇÃO DO ANALFABETISMO E NA ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Os principais sucessos da CE a este respeito registam-se na redução do analfabetismo, na aceleração da escolarização dos jovens e adultos e na melhoria do nível educativo da população angolana. Também foram obtidos bons resultados na capacitação técnica e pedagógica de alguns docentes, na construção e reabilitação de alguns estabelecimentos de ensino (especialmente nas províncias de Luanda, Benguela e Malanje) e no equipamento e formação do pessoal da nova Unidade Gráfica dentro do Ministério da Educação de Angola, assim como na formação técnico-profissional e na inserção laboral e sociocultural dos jovens. Em matéria de cooperação universitária, destacam-se os projetos de agroindústria e silvicultura realizados com a Universidade José Eduardo dos Santos do Huambo (o primeiro deles realizado com Assistência Técnica da Universidade Autónoma de Barcelona e o segundo com a Universidade de Córdoba) e a criação de um fórum de intercâmbio e aprendizagem permanente sobre a gestão universitária entre

universidades espanholas e africanas, com vista a aumentar as suas capacidades institucionais. Em estreita colaboração com este processo de aperfeiçoamento da formação e das capacidades dos quadros e recursos humanos do país, importa salientar as bolsas de estudos MAEC-AECID de pós-graduação, concedidas a alunos angolanos para a sua formação em Espanha em diversas disciplinas científicas e artísticas.

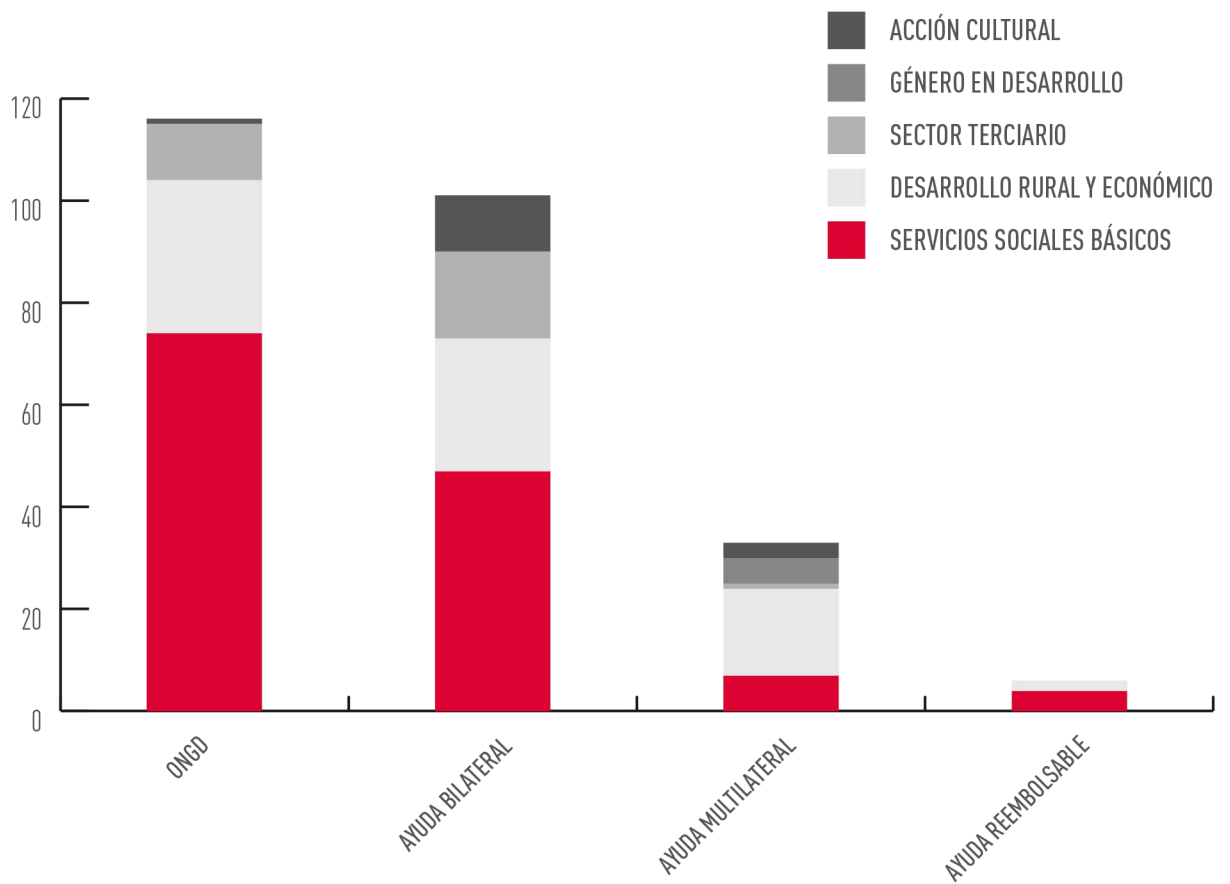


Fotografia 2: Cursos de alfabetização do Ministério da Educação

Quanto aos **instrumentos**, durante os seus primeiros anos em Angola, a CE trabalhou para dar resposta à situação de conflito armado em que o país estava imerso, e foi por isso que a estratégia primou a prestação de **ajuda alimentar e de emergência e o apoio a diversas ONGD, principalmente no setor Saúde e Desenvolvimento Rural.**

Terminada a guerra em 2002 e iniciado o mandato do I Plano Diretor, foi efetuada uma maior sistematização dos instrumentos, que se dirigiram principalmente à **ajuda bilateral (subsídios de Estado) e ao apoio a ONGD (CAP, projetos e convenções)**, além de uma importante percentagem de ajuda canalizada pela via multilateral.

Gráfica 2: Canalización de la ayuda por sectores 2001-2012



CONCLUSÕES DA COOPERAÇÃO ESPANHOLA EM ANGOLA

O CONTRIBUTO DA CE FOI MUITO VALORIZADO,
PELO SEU APOIO ININTERRUPTO MESMO EM PERÍODO DE CONFLITO

Em termos gerais, o contributo da CE em Angola foi considerado muito positivo por ter consolidado a sua posição como sexto doador principal por volume de fundos AOD em relação dos seus homólogos internacionais e, especialmente, pela sua presença permanente ao longo de todo este período, apoiando o Governo quando uma boa parte da comunidade internacional se tinha retirado do país. Este reconhecimento foi manifestado em muitas ocasiões pelas administrações públicas, pela classe política, pelas Forças e Corpos de Segurança e pelo setor empresarial, grupos que reconhecem o apoio fundamental de Espanha nos inícios dos anos 90 para manter o dinamismo económico e social de Angola.

ESPAÑA CONSOLIDOU A SUA POSIÇÃO COMO 6º DOADOR PRINCIPAL
ENTRE O CONJUNTO DE COOPERAÇÕES NACIONAIS

Em virtude da longa trajetória da CE no país, assim como da boa implementação do seu programa de cooperação, após o mandato do IV Plano Diretor de encerrar o programa de cooperação com Angola e a própria OTC, alguns atores da CE que até hoje têm estado a participar na execução de projetos por conta da AOD espanhola em Angola estão a concluir atualmente ou conseguiram concluir acordos bilaterais com os seus homólogos, com a finalidade de dar continuidade à sua atividade de cooperação com o apoio de fundos angolanos.



MINISTERIO
DE ASUNTOS EXTERIORES
Y DE COOPERACIÓN



Cooperación
Española

Av. Reyes Católicos, 4
28040 Madrid, España

Tel. +34 91 583 81 00
www.aecid.es